

Dono de laboratório e coronel da PM: quem são os presos com mais dinheiro pela PF sob suspeita de compra de votos

Foto: Reprodução | Com o valor recorde de R\$ 23,3 milhões apreendidos em operações contra compra de votos nas eleições deste ano, a Polícia Federal (PF) aponta dois empresários e um militar como os portadores das maiores quantias de dinheiro confiscadas até agora. Um deles, detido em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, carregava com R\$ 1,92 milhão no banco de trás do seu carro. O outro, preso em Castanhal (PA), cidade a 79 quilômetros da capital Belém, foi flagrado com R\$ 4,98 milhões acomodados em malas de viagem. A defesa dos dois negam as irregularidades e alegam que as cifras seriam utilizadas para o pagamento de funcionários.

No caso da apreensão na Baixada Fluminense, o alvo foi o empresário do ramo de odontologia Eduardo Penha Ribeiro. Ele foi detido em 2 de outubro, a quatro dias das eleições, após investigadores receberem informação de que ele estava movimentando dinheiro de caixa dois para influenciar eleições na Baixada. Agentes à paisana, então, passaram a segui-lo e o abordaram após deixar uma agência bancária no Centro de Duque de Caxias. Segundo relatório da PF, o dinheiro estava empacotado “com plástico e fitas de lacre do banco ou da casa da moeda” no interior do seu carro.

No fundo de uma bolsa, os agentes ainda encontraram uma folha de papel que trazia o nome de seis candidatos a prefeito e vereador de São João de Meriti e Duque de Caxias. Desses, quatro vereadores filiados ao MDB, PL e PRD foram eleitos. Entre os nomes listados no documento, estava o de “Valdecy”. A

PF considera que se tratava do deputado estadual Valdecy da Saúde (PL), que concorreu à prefeitura de São João de Meriti e perdeu a disputa.

Procurado, o parlamentar afirmou não possuir relação com o empresário e disse que seu nome foi atribuído “de forma precipitada”. “Todos os demais nomes contidos nas anotações apreendidas pela Polícia Federal dão conta de políticos ligados ao município de Duque de Caxias, cidade com a qual Valdecy da Saúde não possui qualquer relação e onde havia um candidato homônimo”, ressaltou o deputado, por meio de nota.

A PF também localizou um calhamaço de comprovantes de saque de dinheiro em espécie feitos entre agosto e setembro de 2024 – boa parte no valor de R\$ 49 mil. Conforme a PF, o recolhimento de valores abaixo de R\$ 50 mil (cifra a partir da qual o banco é obrigado a informar o Coaf) aponta uma “modalidade típica” de lavagem de dinheiro.

No relatório, a PF escreveu que há “fortes evidências” de que Eduardo Ribeiro “integre uma organização criminosa envolvida com compra de votos”. A defesa do empresário afirma que as suspeitas levantadas são “absolutamente improcedentes e descabidas”.

“Ninguém no Brasil precisa explicar saque realizado na boca do caixa de quantia em dinheiro devidamente declarado e rastreado pelas autoridades competentes”, disse o advogado Matheus de Andrade, que também alegou não haver envolvimento de seu cliente com a política.

Em seu depoimento, o dono do laboratório afirmou que a “origem do dinheiro era de atividades de sua empresa”. Ele foi solto no dia 11, com uso de tornozeleira eletrônica.

Os investigadores destacaram ainda que Ribeiro é dono de um laboratório que mantém contratos com as prefeituras de Duque de Caxias e de São João de Meriti. A empresa fechou convênios que somam ao menos R\$ 114 milhões para “prestação de serviços

de diagnóstico por imagem” com as duas administrações públicas entre 2021 e 2024. A prefeitura de Caxias afirma que o serviço é regular, mas “aguarda o resultado das investigações”. Já a administração de São João do Meriti não se pronunciou.

Uma investigação semelhante ocorreu em Castanhal (PA), em 4 de outubro, a dois dias das eleições, e levou à prisão de Geremias Hungria, dono de uma construtora, e do coronel da Polícia Militar do Pará Francisco Galhardo, pegos com R\$ 4,98 milhões em malas de viagem. Os dois mantêm relações próximas com o deputado federal Antônio Doido (MDB-PA). O parlamentar disputava a prefeitura de Ananindeua, segunda cidade mais populosa do Pará, mas não foi eleito. Segundo o procurador eleitoral Alan Mansur Silva, em denúncia apresentada, esses valores seriam usados para compra de votos “em favor” de Doido. O deputado não é investigado e, procurado, não se manifestou.

‘Infeliz coincidência’

O advogado César Ramos da Costa, que defende tanto o empresário como o militar, nega irregularidades e diz que ambos costumavam sacar “mensalmente” o dinheiro para pagar funcionários de uma fazenda e de uma empresa da família do deputado.

– Não houve crime, o que aconteceu foi uma infeliz coincidência. Quando o dinheiro foi apreendido, nós apresentamos documentação de que era pagamento da folha dos funcionários – disse.

A construtora em nome de Hungria tem contratos que somam R\$ 8,6 milhões com a prefeitura de São Miguel do Guamá (PA), onde Doido foi prefeito até 2020. Em nota, a prefeitura reconhece o contrato, mas nega qualquer vínculo com os sócios da empresa. Em relação ao PM, a defesa diz que não há “nada irregular”, pois ele é um amigo do parlamentar e ajuda a fazer a segurança do dinheiro durante o transporte.

Fonte: 0 Globo e Publicado Por:
<https://www.adeciopiran.com.br> em 25/10/2024/15:55:38
Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog
<https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail:
mailto:adeciopiran.blog@gmail.com
<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato
(93)98117- 7649 e-mail: mailto:adeciopiran.blog@gmail.com